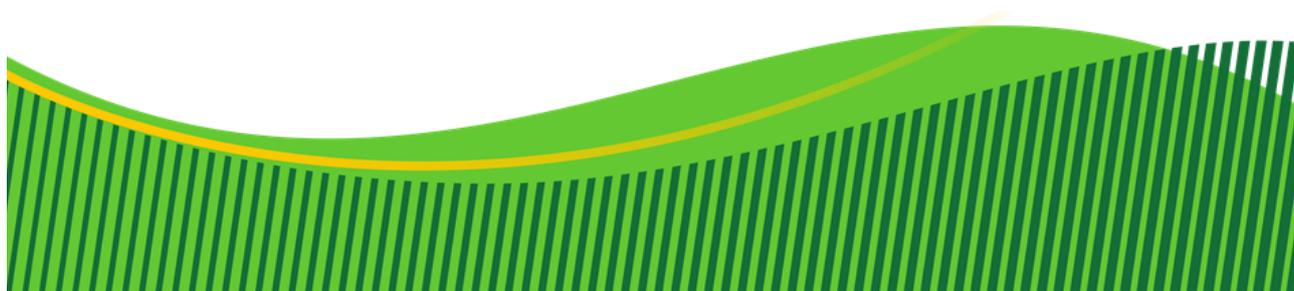


Relatório Anual 2017

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Policiais Federais do Rio Grande do Sul - Sicredi Pol RS

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Molhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Policiais Federais do Rio Grande do Sul - Sicredi Pol RS
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Policiais Federais do Rio Grande do Sul - Sicredi Pol RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Policiais Federais do Rio Grande do Sul - Sicredi Pol RS em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 2 de março de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 25P015199/O-8



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Policiais Federais do Rio Grande do Sul - Sicredi Pol RS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Policiais Federais do Rio Grande do Sul - Sicredi Pol RS
CNPJ/MF nº 03.000.142/0001-47

ATIVO		31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO		31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		16.100	12.414	CIRCULANTE		6.573	5.082
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	111	57	DEPÓSITOS	(NOTA 09)	4.385	3.333
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 04)	10.708	7.692	Depósitos à Vista		1.475	1.166
Centralização Financeira - Cooperativas		10.708	7.692	Depósitos a Prazo		2.910	2.167
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 05)	3.591	3.280	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		50	23
Operações de Crédito		3.671	3.369	Recursos em Trânsito de Terceiros		50	23
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(80)	(89)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 10)	214	215
OUTROS CRÉDITOS		1.690	1.385	Empréstimos País - Outras Instituições		214	215
Rendas a Receber		19	22	OUTRAS OBRIGAÇÕES		1.924	1.511
Diversos	(NOTA 06)	1.690	1.380	Cobrança e Arrecadação de Tributos		3	1
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(19)	(17)	Sociais e Estatutárias		176	135
				Fiscais e Previdenciárias		58	42
				Diversas	(NOTA 11)	1.687	1.333
NÃO CIRCULANTE		8.883	6.820	NÃO CIRCULANTE		14.889	11.403
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		8.883	6.820	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		14.889	11.403
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 05)	8.076	6.066	DEPÓSITOS	(NOTA 09)	14.889	11.403
Operações de Crédito		8.135	6.131	Depósitos a Prazo		14.889	11.403
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(59)	(65)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.521	2.749
INVESTIMENTOS	(NOTA 07)	543	543	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 13)	967	880
Outros Investimentos		543	543	De Domiciliados no País		1.011	885
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 08)	171	119	(Capital a Realizar)		(44)	(5)
Outras Imobilizações de Uso		229	179	RESERVAS DE SOBRAS		2.083	1.660
(Depreciação acumulada)		(58)	(60)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		471	209
INTANGÍVEL	(NOTA 08)	93	92				
Outros Ativos Intangíveis		205	180				
(Amortização acumulada)		(112)	(88)				
TOTAL DO ATIVO		24.983	19.234	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		24.983	19.234

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Policiais Federais do Rio Grande do Sul - Sicredi Pol RS
CNPJ/MF nº 03.000.142/0001-47

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.428	-	1.428	2.770	-	2.770	2.435	-	2.435
Operações de Crédito	1.428	-	1.428	2.770	-	2.770	2.435	-	2.435
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(770)	(2)	(772)	(1.540)	(4)	(1.544)	(1.792)	(3)	(1.795)
Operações de Captação no Mercado	(753)	(1)	(754)	(1.530)	(2)	(1.532)	(1.703)	(1)	(1.704)
Operações de Empréstimos e Repasses	(9)	(1)	(10)	(21)	(2)	(23)	(36)	(2)	(38)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8)	-	(8)	11	-	11	(53)	-	(53)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	658	(2)	656	1.230	(4)	1.226	643	(3)	640
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(235)	55	(180)	(350)	130	(220)	(265)	114	(151)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	14	168	182	26	314	340	24	207	231
Rendas de Tarifas Bancárias	23	-	23	45	-	45	29	-	29
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(260)	(23)	(283)	(472)	(37)	(509)	(525)	(31)	(556)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 16)	(212)	(40)	(252)	(375)	(72)	(447)	(314)	(40)	(354)
Dispêndios e Despesas Tributárias	-	(8)	(8)	-	(16)	(16)	-	(10)	(10)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 17)	573	5	578	1.113	6	1.119	1.127	18	1.145
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 18)	(373)	(47)	(420)	(687)	(65)	(752)	(606)	(30)	(636)
RESULTADO OPERACIONAL	423	53	476	880	126	1.006	378	111	489
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(1)	-	(1)	(1)	-	(1)	-	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	422	53	475	879	126	1.005	378	111	489
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(22)	(22)	-	(48)	(48)	-	(33)	(33)
Provisão para Imposto de Renda	-	(10)	(10)	-	(22)	(22)	-	(15)	(15)
Provisão para Contribuição Social	-	(12)	(12)	-	(26)	(26)	-	(18)	(18)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	422	31	453	879	78	957	378	78	456
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	62	(62)	-	39	(39)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	422	31	453	941	16	957	417	39	456
DESTINAÇÕES	-	-	-	(470)	(16)	(486)	(208)	(39)	(247)
Fates - Estatutário	-	-	-	(47)	-	(47)	(20)	-	(20)
Fates - Ato Não Cooperativo	-	-	-	-	(16)	(16)	-	(39)	(39)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(423)	-	(423)	(188)	-	(188)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	471	-	471	209	-	209

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Policiais Federais do Rio Grande do Sul - Sicredi Pol RS
CNPJ/MF nº 03.000.142/0001-47

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	811	1.472	61	2.344
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	(61)	(61)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	78	-	-	78
Baixas de capital	(9)	-	-	(9)
Resultado do período	-	-	456	456
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(20)	(20)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(39)	(39)
Reserva Legal - Estatutária	-	188	(188)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	880	1.660	209	2.749
Mutações do Período	69	188	148	405
Saldos no início do período em 01/01/2017	880	1.660	209	2.749
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	(208)	(208)
Outras destinações	-	-	(1)	(1)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	106	-	-	106
Baixas de capital	(19)	-	-	(19)
Resultado do período	-	-	957	957
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(47)	(47)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(16)	(16)
Reserva Legal - Estatutária	-	423	(423)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	967	2.083	471	3.521
Mutações do Período	87	423	262	772
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	925	1.660	504	3.089
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	54	-	-	54
Baixas de capital	(12)	-	-	(12)
Resultado do período	-	-	453	453
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(47)	(47)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(16)	(16)
Reserva Legal - Estatutária	-	423	(423)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	967	2.083	471	3.521
Mutações do Período	42	423	(33)	432

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Policiais Federais do Rio Grande do Sul - Sicredi Pol RS
CNPJ/MF nº 03.000.142/0001-47

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	434	940	478
Resultado do semestre/exercício	453	957	456
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(19)	(17)	22
(Reversão) Provisão para operações de crédito	5	(15)	50
Provisão para desvalorização de outros créditos	3	2	3
Depreciação do imobilizado de uso	8	9	5
Amortização do intangível	12	24	15
Baixas do ativo permanente	2	1	-
Provisão para passivos contingentes	19	19	-
Destinações ao FATES	(63)	(63)	(59)
Dividendos SicrediPar	(5)	6	8
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(2.162)	2.339	(559)
Redução em relações interfinanceiras ativas	3	-	-
(Aumento) em operações de crédito	(716)	(2.305)	(1.123)
(Redução) em relações interfinanceiras passivas	(46)	-	-
(Aumento) em outros créditos	(245)	(314)	(312)
Redução em outros valores e bens	4	-	-
Aumento (Redução) em depósitos	(1.603)	4.539	569
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	39	27	(5)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(13)	(1)	(49)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(13)	(23)	(17)
Aumento em outras obrigações	428	416	378
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.728)	3.279	(81)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(4)	(62)	(113)
Aplicações no Intangível	(15)	(25)	(23)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(19)	(87)	(136)
Integralização de capital	54	106	78
Baixa de capital	(12)	(19)	(9)
Distribuição de Sobras	-	(209)	(61)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	42	(122)	8
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(1.705)	3.070	(209)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	12.524	7.749	7.958
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	10.819	10.819	7.749

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Policiais Federais do Rio Grande do Sul - Sicredi Pol RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 15/10/1998 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 23 de fevereiro de 2018.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

d) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

g) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

i) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

j) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

l) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

m) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

n) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

o) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	111	57
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	10.708	7.692
Total	10.819	7.749

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	3.566	7.860	11.426	9.433
Financiamentos	105	275	380	67
Carteira total	3.671	8.135	11.806	9.500

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber (i)	1.636	-	1.636	1.323
Total	1.636	-	1.636	1.323

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	11.555	8.732	58	44
Nível B	1,00	706	644	7	6
Nível C	3,00	638	615	18	18
Nível D	10,00	455	754	46	75
Nível E	30,00	81	63	24	19
Nível F	50,00	4	12	2	6
Nível H	100,00	3	3	3	3
Total (i)		13.442	10.823	158	171

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017				Total da Carteira	2016
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	34	2.545	2.676	8.074	13.329	10.723
Outros Serviços	-	24	28	61	113	100
Total	34	2.569	2.704	8.135	13.442	10.823

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	1.609	11,97	1.220	11,27
50 devedores seguintes	5.581	41,52	4.634	42,82
100 devedores seguintes	4.924	36,63	4.095	37,84
Demais	1.328	9,88	874	8,08
Total	13.442	100	10.823	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016
Saldo inicial	171	118
Constituição de provisão	(11)	53
Movimentação de baixados para prejuízo	(2)	-
Saldo final	158	171

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 15 (2016 - R\$ 0), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 685 (2016 - R\$ 23).

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	-	1
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	38	39
Impostos e contribuições a compensar	1	2
Títulos e créditos a receber	1.636	1.323
Operações com cartões	10	9
Pendências a regularizar	-	2
Outros	5	4
Total Circulante	1.690	1.380

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 07 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	319	319
Sicredi Participações S.A.	223	223
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	543	543

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	72.224 ON	72.224 ON	1	1	318.593	318.593
	151.105 PN	151.105 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,03%	0,03%	0,61%	0,63%	0,09%	0,09%
Capital social	874.847	869.279	164	165	351.047	351.047
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	361.565	361.513
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	223	223	1	1	319	319

NOTA 08 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	229	(58)	171	119
Imobilizações em curso	-	-	-	-	110
Instalações	10%	74	(2)	72	-
Móveis e equipamentos de uso	10%	80	(30)	50	4
Sistema de comunicação	10%	1	-	1	-
Sistema de processamento de dados	20%	72	(26)	46	5
Sistema de segurança	10%	2	-	2	-
Intangível (i)		205	(112)	93	92
Investimentos Confederação		205	(112)	93	92
Total		434	(170)	264	211

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 09 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	1.475	-	-	1.475	1.166
Depósitos a prazo	1.495	1.415	14.889	17.799	13.570
Total	2.970	1.415	14.889	19.274	14.736

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	214	215
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	214	215
Total circulante	214	215

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 06/12/2018.

NOTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Provisão para pagamentos a efetuar	199	138
Provisão para passivos contingentes (Nota 12)	19	-
Operações com cartões	1.423	1.154
Demais fornecedores	7	10
Credores diversos	39	31
Total circulante	1.687	1.333

NOTA 12 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	-	19	-	19
Total	-	19	-	19

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	19	-
Total		19	-

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 42 (2016 - R\$ 0).

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	967	880
Total de associados	567	517

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 87 (2016 – R\$ 69), sendo R\$ 106 (2016 – R\$ 78), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 19 (2016 – R\$ 9).

b) Destinações

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Policiais Federais do Rio Grande do Sul - Sicredi Pol RS, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 14 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	1.005	489
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(422)	(205)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	1	1
Provisão resgate de milhas cartão	12	1
Provisão PPR	1	1
Receita com atos cooperativos	369	159
Outros	(9)	10
Subtotal	374	172
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(48)	(33)

NOTA 15 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	10.708	7.692
Outros Créditos - Rendas a receber	13	10
Outros Créditos - Diversos (Nota 06)	39	42
Investimentos (Nota 07)	543	543
Intangível (Nota 08)	93	92
Passivo		
Obrigações por empréstimos (Nota 10)	214	215
Outras Obrigações - Diversas (Nota 11)	1.383	1.123
Receitas		
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	19	13
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 17)	1.040	1.053
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	23	38
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 16)	29	27
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 18)	420	382

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	13	0,88%	36
Depósitos a prazo	1.547	8,69%	971
Operações de crédito	164	1,39%	163

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	83	76

NOTA 16 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
Despesa de água, energia e gás	4	5
Despesa de aluguéis	14	13
Despesa de comunicação	42	38
Despesa de manutenção e conservação	25	22
Despesa de material	5	4
Despesa processamento dados	21	16
Despesa de promoções e relações públicas	98	78
Despesa de serviços do sistema financeiro	62	48
Despesa de serviços de terceiros	5	6
Despesa de serviços de vigilância e segurança	49	46
Despesa de serviços de técnicos especializados	64	35
Despesa de serviços de transportes	7	8
Outras despesas administrativas	51	35
Total	447	354

NOTA 17 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	32	58
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	1.013	1.005
Reversão de provisões operacionais	33	48
Outras rendas operacionais	41	34
Total	1.119	1.145

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 18 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Descontos concedidos em renegociação e crédito	7	-
Contribuição O.C.E.	4	3
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	10	9
Contribuição Confederação Sicredi	136	111
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	100	111
Contribuição Sureg	146	111
Encargos da administração financeira	6	6
Repasse administradora de Cartões	15	17
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	24	16
Outras provisões operacionais	43	25
Outras despesas operacionais	261	227
Total	752	636

NOTA 19 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 20 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	3.460	2.711
Nível I (NI)	3.460	2.711
Capital principal - CP	3.460	2.711
Capital social	967	880
Reservas de capital	2.083	1.660
Lucros acumulados	471	209
Ajustes Prudenciais	(61)	(38)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	15.099	12.055
Margem de Capital (i)	1.497	1.143
Índice de Basileia (PR / RWA)	22,92%	22,48%
Situação de Imobilização (Imob)	204	174
Índice de Imobilização (Imob / PR)	5,90%	6,43%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 21 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Valacir Marques Gonçalves
Presidente
CPF: 092.046.440-87

Getulio Vicente Visentini
Vice-Presidente
CPF: 271.018.190-87

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20